

SEU DINHEIRO

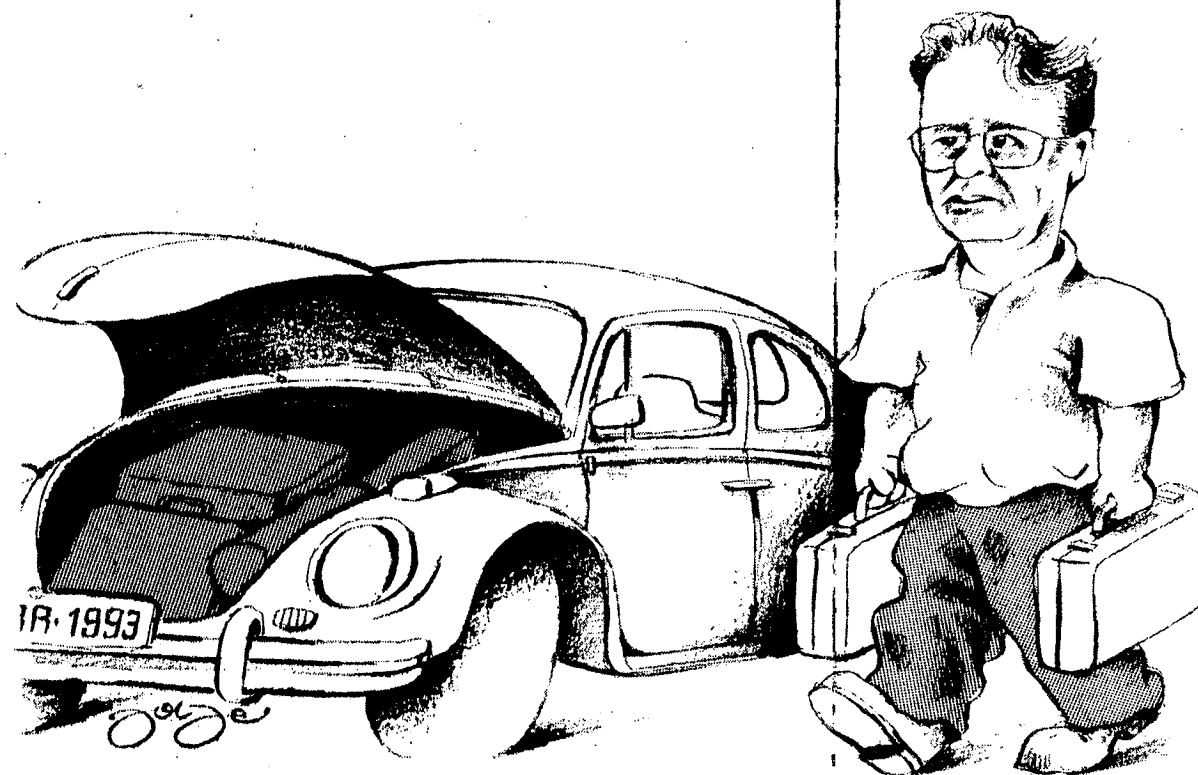
Com Brasil

O QUE ESPERAR AGORA DA ECONOMIA

Celso Ming

Fernando Henrique Cardoso assume o Ministério da Fazenda como campeão da aprovação nacional. Políticos, empresários, sindicalistas, intelectuais, homens de finanças, a chamada opinião pública e o que já se sabe das cabeças que têm compromissos com o Brasil no Exterior — todos aplaudiram a nomeação deste professor de Sociologia, da Universidade de São Paulo e da Sorbonne. É um bom começo porque ajuda a desarmar espíritos e a juntar energia para a tarefa maior que é a de costurar as alianças políticas necessárias para a grande virada, há muito anunciada e até agora sistematicamente frustrada. Mas é apenas um bom começo; não garante o esperado "agora vai".

Até aqui, Fernando Henrique conseguiu reunir essa quase unanimidade em torno de si porque não teve que tomar decisões e deixou florescer sua personalidade cativante e conciliadora. A partir de agora, terá que descer do muro e dizer não. Começa, assim, uma nova fase da distribuição da conta da crise, sem o que não haverá o saneamento financeiro do Estado, nem estabilização da economia, nem a retomada do crescimento. À medida que os governadores, um a um, forem chamados a enquadrar-se e a sanear seus bancos estaduais; quando os funcionários públicos, incluídos aí os militares, tiverem que engolir



um reajuste salarial inferior ao esperado; quando os políticos forem convocados a tomar decisões necessariamente impopulares — haverá a inevitável erosão desse apoio, só compensável com a apresentação de resultados.

A carta branca

O novo ministro tem à sua frente um grande desafio e, ao mesmo tempo, uma grande oportunidade.

Se tiver sucesso, será o principal candidato à sucessão de Itamar Franco na presidência da República. Se fracassar, como tantos até aqui, não só estará adiando a recuperação mas correrá o risco de abrir a porteira para a hiperinflação e, sabe-se lá, para um regime autoritário.

Para isso, além do amplo apoio inicial, Fernando Henrique conta com um trunfo, a tal carta branca que lhe deu Itamar. É verdade

que é preciso perguntar primeiro: carta branca para quê e até que ponto? Não é nada, o senhor Henrique Hargreaves, o instrumento desestabilizador de ministros, continua na chefia da Casa Civil, à frente da coordenação política do governo. O Ministério do Planejamento não foi preenchido com a indicação de Fernando Henrique. E o secretário da Receita Federal já estava nomeado quando essa carta branca lhe foi

concedida. Essas parecem ser indicações de que essa autonomia tem limites. De mais a mais, qual seria a reação de Itamar se ouvir do seu novo ministro a recomendação (ou a informação) de que o Banco Central terá que voltar a puxar as taxas de juros?

Em todo caso, o presidente da República não tem escolha. Não pode sair fritando seu novo braço direito como o fez com pelo menos dois ministros da Fazenda, sob pena de atirar o País numa crise sem tamanho. Isso, por si só, dá a Fernando Henrique condições de peitar Itamar caso este ceda a um desses caprichos cíclicos que vinham atravessando a administração econômica desde sua posse. E isso vale muito.

A praga e a peste

Do ponto de vista do conteúdo da nova política econômica deve-se esperar agora por mais determinação na luta contra inflação, "o fantasma, a praga e a peste" — como a denominou no seu discurso de posse. Deverá deixar de lado a ênfase excessiva ao crescimento econômico, prioridade conferida pelo governo nos dois últimos meses, e destacar a necessidade de uma implacável política de valorização da moeda e busca do equilíbrio fiscal.

Ninguém deve esperar de Fer-

nando Henrique uma política de juros baixos e salários generosos. Ao contrário, é mais provável que ele se comporte como um ortodoxo, embora possa manter um discurso carregado na tintura social, mais à maneira dos socialistas que hoje comandam a política econômica do Chile.

Os primeiros resultados serão, indubitavelmente, de desafogo. A credibilidade de que desfruta o novo ministro já provocou aquele *ufa* de alívio geral. Por conta disso, já se pode esperar uma certa redução na velocidade de remarcação de preços e, portanto, um recuo da inflação de junho.

É preciso saber se a nova equipe econômica pretende pegar carona nesta nova vibração que percorre o País e implantar um corpo-a-corpo contra as remarcações preventivas para assegurar resultados mais rápidos; ou se preferirá cuidar apenas das grandes linhas estratégicas para que as coisas se ajeitem por si só. Se a opção for mesmo aplicar corretamente esse capital de credibilidade com uma política de controle de preços, é improvável que lance mão de congelamentos, prefixações ou artimanhas dessa natureza. Mais plausível seria o caminho da persuasão, nos limites das câmaras setoriais. É esperar mais uns dias para conferir.